



Material de apoio para Semana Pedagógica – Avaliação

A avaliação tem um papel crucial de nortear tomadas de decisão por parte de professores, gestores locais, intermediários e centrais, e a depender da sua extensão, nível de padronização e desde onde é criada, pode ser classificada como avaliação interna ou externa, conforme quadro a seguir.

Avaliação interna	Avaliação externa
É entendida como própria do cotidiano da sala de aula, em que o professor elabora algum tipo de instrumento avaliativo (prova, portfólio, pesquisa, produção de texto etc.) para verificar se os estudantes aprenderam os conteúdos ensinados ou em que ponto dos objetivos de aprendizagem encontram-se. Ela é elaborada em conformidade com o planejamento escolar e Plano de Trabalho Docente, tendo como base o currículo. Os resultados provenientes dela facilitam a tomada de decisão por parte, sobretudo, dos professores no que tange ao avanço ou à recuperação do estudante.	É entendida como independente do cotidiano da sala de aula, ainda que deva ser utilizada como auxiliar no planejamento escolar. É uniforme e padronizada, a fim de garantir o acompanhamento comparativo dos resultados educacionais de uma rede de ensino ao longo do tempo. Seus instrumentos são padronizados e construídos em conformidade com matrizes de referência. Os resultados geram indicadores que subsidiam a tomada de decisões em nível de redes e/ou o (re)planejamento de políticas públicas.

Na perspectiva da avaliação formativa, a partir da qual trabalhamos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), independentemente de se tratar da avaliação interna ou externa, a avaliação é diagnóstica, logo não tem um fim em si mesma e serve como uma espécie de pausa para se pensar a prática e retornar a ela. Dessa forma, a avaliação realizada pela escola, na figura do professor, e a avaliação realizada pelo Estado, a exemplo de grandes sistemas avaliativos, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ou como o próprio Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAEDF), não são a finalidade do processo ensino-aprendizagem, mas um diagnóstico para repensarmos o processo.

Infelizmente, o potencial e intencionalidade da avaliação formativa, contudo, nem sempre se destaca na prática. Luckesi (2013, n.p) dizia:

[p]ais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem.

De fato, muitas vezes, até se confunde avaliação e exame, como se avaliar e examinar fosse a mesma coisa. Exames não levam em conta o histórico de rendimento, são classificatórios e seletivos. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), na sua versão original, já fora uma avaliação, pois tinha a intenção de fazer um diagnóstico do Ensino Médio brasileiro, por meio do acompanhamento dos rendimentos dos estudantes. Com sua reformulação, passa a ser utilizado como seleção unificada nos processos seletivos das universidades, e com essa mudança converte-se em um exame. O ato de avaliar não é pontual; por isso, cada vez que nossas avaliações, internas, da escola, e nossas avaliações externas, do Estado, não têm continuidade pedagógica, finalizando-se no resultado, estamos nomeando-as como avaliação, mas praticando exame. Precisamos assegurar a avaliação interna e externa.

Em suma, a avaliação, quando convenientemente planejada, tem impacto muito relevante nos sistemas educativos porque: a) orienta os estudantes acerca dos saberes, capacidades e atitudes que têm de desenvolver, b) influencia sua motivação e percepção do que é importante aprender; c) estrutura a forma como os alunos estudam e o tempo que dedicam ao trabalho acadêmico; d) melhora e consolida as aprendizagens; e) promove o desenvolvimento dos processos de análise, de síntese e de reflexão crítica; e f) desenvolve os processos metacognitivos, o autocontrole e a auto-regulação. (FERNANDES, 2006, p. 17).

Os esforços para se pensar a avaliação como um meio e não como o fim do processo ensino-aprendizagem é algo a ser amplamente trabalhado em nossas escolas. É muito importante alinharmos a avaliação interna e externa à perspectiva da avaliação formativa.

Especificamente a avaliação externa apresenta resultados capazes de gerar um repensar coletivo de práticas a partir do acompanhamento da evolução dos desempenhos que podem auxiliar igualmente no planejamento do ano letivo.

- *Se não existisse a avaliação externa, como seria possível identificar a melhora ou piora da educação enquanto sistema ao longo dos anos se as avaliações internas pelas quais o aluno passou não eram as mesmas ou não seguiam os mesmos parâmetros?*
- *Se não existisse a avaliação externa, como poderíamos comparar de maneira justa o desempenho dos estudantes de diferentes turmas, escolas, cidades e estados e garantir uma aprendizagem mínima se cada professor, na avaliação interna, tem métodos e critérios próprios de avaliação?*

A avaliação externa, mesmo tendo um resultado numérico, precisa **ter expressão pedagógica**, precisa ser formativa, precisa fazer jus a sua classificação e ser de fato uma avaliação, não um exame.

O SIPAEDF, nesse sentido, vem sendo reformulado a fim de se expandir seu potencial diagnóstico e de acompanhamento da evolução dos estudantes. A Portaria n. 420, de 21 de dezembro de 2018, está sendo reformulada, e já para 2020 teremos grandes mudanças. Essa política avaliativa será formada por dois eixos: avaliação das aprendizagens e avaliação de contexto. Para cada eixo, se construiu matrizes de referências, que são documentos base para a elaboração dos dois instrumentos do sistema – a prova e o questionário. A prova, antes chamada Prova Diagnóstica, passa a se chamar Prova DF e sua aplicação será em novembro para o 2º ano do ensino fundamental à 3ª série do Ensino Médio, quando também serão aplicados questionários para gestores, professores e estudantes.

A Prova DF será composta de 45 itens de Língua Portuguesa e 45 itens de Matemática feitos com base nas habilidades essenciais previstas para cada etapa – elaboradas pelos próprios professores da SEEDF que concluíram um dos cursos de Elaboração de Matriz de Referência, ofertados pela SUPLAV-EAPE e aderiram ao Grupo de Trabalho com essa finalidade. Por sua vez, o conjunto de acertos de cada estudante na prova será medido em uma escala de proficiência de 0 a 500, levando em consideração a Teoria de Resposta ao Item (TRI). O nível de dificuldade do item será, portanto, levado em consideração no momento de gerar a proficiência do estudante e não mais trabalharemos apenas com a porcentagem de acertos de cada habilidade.

O questionário de contexto, por sua vez, ganha novas dimensões baseadas na literatura nacional e internacional da área e diminui de extensão por trazer

perguntas que respondem variáveis de fato influenciadoras da aprendizagem – o que vem sendo feito por meio de testes que envolvem o cruzamento de microdados contextuais e proficiências.

No âmbito do SIPAEDF, ainda será desenvolvido o Índice de Qualidade da Educação do Distrito Federal (IQEDF), o qual juntará em um mesmo número o resultado da avaliação das aprendizagens, da avaliação de contexto e, ainda, de fluxo. Perceba que ao contrário do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), composto por proficiência e fluxo, nós acrescentamos o contexto, pois temos certeza de que qualidade educacional envolve qualidade de ambiente de trabalho.

O índice, a prova, o questionário não finalizam quando os resultados são gerados. Lembre-se: o caráter formativo e preservação da essência do que é avaliar está nas nossas mãos, logo, no que faremos a partir dos resultados.

Caso você queira entender mais sobre avaliação formativa, avaliação interna, avaliação externa e exame, consulte a literatura complementar a seguir:

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, 2013.

ALMEIDA, J. G.; NHOQUE, J. R. Avaliação em larga escala na escola: repercussões e desdobramentos no trabalho escola. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Paulo, v. 2, n. 4, jul./dez. 2017. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/4781/2340 Acesso em: 09 jun. 2019.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 101-132, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf> Acesso em: 09 jun. 2019.

BROOKE, N. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **GAME/FAE/UFMG**, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf Acesso em: 09 jun. 2019.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: um ato amoroso. *In*: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <http://www.colegiosantanna.com.br/formacao/downloads/Avaliacao%20da%20Aprendizagem%20Escolar%20um%20ato%20amoroso.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2019.

LUCKESI, C. C. Avaliação da educação escolar para além do autoritarismo. *In*: LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74438033/42658693-Avaliacao-Luckesi.pdf> . Acesso em: 09 jun. 2019.

NOVA ESCOLA. Avaliação externa: como compreender e utilizar os resultados. **Revista Nova Escola**, São Paulo. Disponível em: s.d. <https://novaescola.org.br/avaliacao-externa-compreender-e-utilizar-resultados/> . Acesso em: 09 jun. 2019.

PRIMI et al. Competências e habilidades cognitivas: diferentes definições dos mesmos construtos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 151-159, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v17n2/7875.pdf> Acesso em 15 jun. 2019.

Referência:

FERNANDES, Domingos. Avaliação, aprendizagens e currículo: para uma articulação entre investigação, formação e práticas. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite Barbosa (org.). **Formação de educadores: artes e técnicas – ciências e políticas**. São Paulo: Editora Unesp. p.15-36.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2013.